

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

TARDE

CONCURSO PÚBLICO 2013

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da Prova Escrita e Prática, que é composta da proposta de uma dissertação e de uma peça prática, e de duas questões, seguidas de páginas para rascunho. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da Prova Escrita e Prática.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto na dissertação, quanto na peça prática e nas questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Notário** ou **Registrador**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo será atribuído até **1,00 ponto**, do qual até **0,05 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na dissertação e na peça prática, esses valores corresponderão a **4,00 pontos** e **0,20 ponto**, respectivamente.

DISSERTAÇÃO

Nos artigos 2.º, *caput*, e 3.º do Código de Defesa do Consumidor (CDC), são apresentados, respectivamente, os conceitos de consumidor padrão e fornecedor de serviços ou produtos. De acordo com o mesmo diploma legal, as normas que regem o direito do consumidor incidem diretamente sobre os órgãos públicos ou sobre suas empresas, concessionárias, permissionárias e demais modalidades de empreendimento de caráter público.

O tema sempre gerou discussões doutrinárias e jurisprudenciais, que desencadearam o surgimento de três interpretações: i) a extensiva); ii) a de que a prestação do serviço deve ser remunerada e iii) a de que os serviços custeados por tributos não estão sob a incidência do CDC.

Tal divergência também é aplicada aos serviços notariais e de registro, uma vez que o artigo 236 da Constituição Federal estabelece que as atividades devem ser exercidas em caráter privado, por delegação do poder público, enquadrando-se, por conseguinte, no conceito abrangente de serviços públicos.

Com base nas informações do texto acima, disserte sobre as correntes atualmente existentes acerca da matéria, abordando, necessariamente, os fundamentos jurídicos que as amparam e a possibilidade de aplicação do CDC aos serviços públicos e às atividades praticadas por notários e registradores.

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

PEÇA PRÁTICA

Alex Marcos, brasileiro, solteiro, possuidor, de fato, do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade de um imóvel localizado no endereço X, em Teresina – PI, pretende transferir esse direito a Alexandre Silvério, brasileiro, solteiro, mediante o pagamento de R\$ 100.000,00, a ser realizado a vista. Não existe contra Alex Marcos ou sobre o imóvel em questão qualquer ação judicial que possa viciar tal operação jurídica. Além disso, Alex afirma que se responsabiliza por eventuais débitos atrelados ao imóvel, como impostos, taxas ou tarifas.

Com base nessa situação hipotética, redija, na qualidade de tabelião do cartório competente, da forma mais completa possível, a peça cartorial destinada à operação jurídica desejada pelos interessados, complementando o documento com os elementos legais exigíveis.

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO 1

Discorra sobre os procedimentos devidos em face da sustação judicial de um título, atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- ▶ Indique o local onde deve permanecer fisicamente o título e a finalidade de sua permanência nesse local. [valor: 0,25 ponto]
- ▶ Esclareça se há necessidade de autorização judicial para o pagamento do título e para sua retirada. [valor: 0,25 ponto]
- ▶ Esclareça se há necessidade de nova intimação para o pagamento do título, caso seja revogada a sustação judicial. [valor: 0,20 ponto]
- ▶ Explique como deve proceder o tabelião no caso de a ordem de sustação se tornar definitiva. [valor: 0,25 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

A dignidade da pessoa humana é prevista, no texto constitucional, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais apresentadas entre seus objetivos fundamentais.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre a gratuidade do serviço de registro civil. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre o princípio da isonomia e a pobreza; **[valor: 0,35 ponto]**
- ▶ fundamentos constitucionais e legais da gratuidade no serviço de registro civil; **[valor: 0,30 ponto]**
- ▶ hipóteses normativas constitucionais e legais que ensejam a concessão da gratuidade no serviço de registro civil. **[valor: 0,30 ponto]**

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos